

A NOÇÃO DE *ENS DIMINUTUMNAS* QUESTÕES SOBRE A *METAFÍSICA* DO MS. ESCORIAL, H.II.1, ATRIBUÍDAS A HENRIQUE DE GAND*

Gustavo Barreto Vilbena de Paiva
PPGFil - Universidade de São Paulo

Resumo: O manuscrito Madri, Bibl. del Escorial, h.II.1, ff. 1ra-73rb, contém um conjunto de *Questões sobre a Metafísica* I[A]-VI[E] de Aristóteles, atribuídas na margem inferior do f.1r a Henrique de Gand, por uma adição classificada como tardia por Martin Grabmann. Deixando de lado metodologicamente a problemática da autoria dessas *Questões*, busca-se aqui compreender a noção de 'verdade' desenvolvida na obra, principalmente no que diz respeito ao discurso metafísico que tange à descrição do 'ser' atribuível à verdade. Para tanto, consideramos o modo como o autor de tais questões relaciona as noções de 'verdade' e 'ser' em *Questões sobre a Metafísica* II[α] e VI[E], com especial atenção à atribuição de um 'ente diminuído' ao conhecimento verdadeiro.

Palavras-chave: Metafísica, verdade, ser, ente diminuído, intelecção.

Abstract: The manuscript Madrid, Bibl. del Escorial, h.II.1, ff. 1ra-73rb, contains a set of *Questions on the Metaphysics* I[A]-VI[E] of Aristotle, ascribed to Henry of Ghent in the inferior margin of f.1r by an addition that was classified as late by Martin Grabmann. Leaving aside methodologically the problem of the authorship of said *Questions*, here we try to understand the notion of 'truth' developed in the work, with an emphasis on the metaphysical discourse concerned with describing the 'being' one can attribute to truth. In order to do so, we consider the way the author of these questions establishes the relationship between 'truth' and 'being' in *Questions on the Metaphysics* II[α] and VI[E], giving special attention to the attribution of a 'diminished being' to true knowledge.

Keywords: Metaphysics, truth, being, diminished being, intellection.

1. As *Qq. super Metaph.* do ms. Escorial, h.II.1

No manuscrito Madri, Bibl. del Escorial, h.II.1, ff. 1ra-73rb, encontramos um conjunto de questões que constituem um comentário à *Metafísica* I[A]-VI[E] de Aristóteles¹. Na margem inferior do fólio 1r, lê-se:

* Apresentado em 25/05/2018 no XII Encontro do GT ANPOF História da Filosofia Medieval e a Recepção da Filosofia Antiga. Porto Alegre, 20-25 de maio de 2018. O presente trabalho foi produzido como parte de um projeto de Pós-Doutorado Júnior CNPq (pr. 405067/2017-8), realizado na Universidade de São Paulo (cód. 1333), sob a supervisão do prof. José Carlos Estêvão, a quem estendo profundos agradecimentos.

¹ Para descrições do manuscrito, cf. ANTOLÍN, 1911, pp. 303-5; DUIN, 1954, pp. 154-8, 206-7; DONDAINE & SHOONER, 1967, pp. 289-90; ZWAENEPOEL, 1974, pp. 7-11; MACKEN, 1979, vol. 1, pp. 253-9; PORRO, 2002, pp. 513-6; GALLE, 2003, pp. 42*-43*, 87*, 113*-114*. Cf. tb. MACKEN, 1974, p. 290a.

“*questiones Magistri Henrici de Gandavo super Metaphisicam Aristoteli*”, nota que, segundo Martin Grabmann (1928, pp. 71-2), seria obra daquilo que ele descreve como uma “mão muito recente [*von ganz junger Hand*]” – em todo caso, posterior à lição das *Qq. super Metaph.* contidas no manuscrito. Em princípio, teria igualmente sido identificado em Munique, na primeira metade do século XX, um fragmento do mesmo texto, o qual, porém, parece ter desaparecido durante a 2ª Guerra Mundial². Sendo assim, de nossas *Qq. super Metaph.* sobrevive apenas uma lição identificada, acompanhada de uma atribuição tardia a Henrique de Gand (a. 1240-1293). Era provavelmente a este manuscrito, portanto, que Maurice de Wulf se referia quando, ainda em 1900, afirmava haver uma lição manuscrita das *Qq. super a Metaph.* de Henrique de

² Raymond Macken (1979, vol. 2, p. 1073) aponta duas outras possíveis fontes manuscritas que poderiam conter lições de nossas *Qq. super Metaph.* Ambas, no entanto, são extremamente problemáticas.

A primeira é o ms. Londres, Wellcome Libr., 333, ff. 111ra-112rb (citação esta que Macken encerra por um ponto de interrogação). Tal referência parece ter por base o catálogo de Moorat (1962, vol. 1, pp. 215-6; cf. MACKEN, 1979, vol. 1, pp. 367-8), onde se afirma haver *Quaestiones in Metaphisicam* de Henrique de Gand no ms. Wellcome Libr. 333, ff. 111r-112v. Entretanto, o catálogo de Ker (1969, vol. 1, p. 396), também citado por Macken (1979, vol. 1, pp. 367-8), não somente registra essas *Quaestiones in Metaphisicam* como formadas pelos ff. 111r-121v e 124r-150r, mas também as deixa sem atribuição. Ou seja, para Ker não é possível atribuir tais *Quaestiones* a Henrique de Gand. A mesma posição foi assumida, recentemente, por Silvia Donati (2014, pp. 139, 159-69), que considera tal obra anônima. Enfim, parece hoje não haver mais possibilidade de ler no ms. Londres, Wellcome Libr. 333 uma segunda lição de nossas *Qq. super Metaph.*, pelo que ele não poderá ser uma fonte para nossa pesquisa.

A segunda possível lição de nosso texto destacada por Macken – como, também, por Lohr (1968, p. 223) – seria o referido fragmento de pergaminho catalogado por Lehmann e Glauning (1940, p. 84), na Universitätsbibliothek der Ludwig-Maximilians-Universität München (fragm. LXXXIII). Tal fragmento era composto de dois fólios utilizados como contraguardas na encadernação do volume da mesma biblioteca sob nº de chamada W 2 P.eccl. 671 (tal volume contém duas obras impressas: THOMAS AQUINAS. *Super epistolas Pauli comentaria*. Parisiis, 1518 e THOMAS AQUINAS. *In evangelium beati Iohannis*. Parisiis, 1520). O problema é que, segundo nos conta Macken (1979, vol. 2, p. 1073), ao contatar a UB der LMU München, ele teria sido informado de que tal fragmento desaparecera durante a 2ª Guerra Mundial. Tendo eu entrado em contato com a mesma biblioteca, fui informado pelo seu diretor-adjunto, dr. Sven Kuttner – a quem estendo profundos agradecimentos –, de que tal fragmento continua perdido, porém conservou-se dele um *Abklatsch* nas 2ª e 3ª capas do volume, onde os ff. 1 e 2, respectivamente, haviam sido colados como contraguarda. Em poucas palavras, um *Abklatsch* é uma marca espelhada de tinta deixada na capa de um volume por contraguardas que, eventualmente, contenham registros escritos (cf. MELE, 2012, p. 252). Após um estudo inicial do *Abklatsch* do frag. LXXXIII da UB der LMU München (cuja reprodução digital foi gentilmente cedida pelo já citado dr. Kuttner), pude estabelecer que seu f. 1 (2ª capa do vol. W 2 P.eccl. 671) contém passagens equivalentes a ms. Escorial, h.II.1, ff.1-2, enquanto que fragm. LXXXIII, f. 2 (3ª capa do vol. W 2 P.eccl. 671) contém passagens equivalentes a ms. Escorial, h.II.1, f. 10 (inclusive um texto que parece ausente deste último). Assim, parece que o texto contido no referido *Abklatsch* do fragm. LXXXIII contém, de fato, uma segunda lição (em mau estado de conservação) de trechos esparsos de nossas *Qq. super Metaph.*

Gand na Biblioteca del Escorial, embora ele não cite um manuscrito preciso³. Com efeito, a identificação entre o manuscrito referido por De Wulf e nosso Escorial, h.II.1, se torna patente apenas em 1911, quando Guillermo Antolín publica o segundo volume de seu *Catálogo de los códices latinos de la Real Biblioteca del Escorial*, onde igualmente atribui estas *Qq. super Metaph.* a Henrique de Gand⁴. Tal atribuição, ademais, está de acordo com uma longa tradição catalográfica que retorna ao século XIV, segundo a qual Henrique de Gand teria produzido uma obra sobre a *Metafísica* de Aristóteles⁵. Em face dessa situação, e dada a incipiente recepção historiográfica do texto em questão, muito da literatura acerca dessas *Qq. super Metaph.* do ms. Escorial, h.II.1, tem sido voltada para o problema de autoria ou, ao menos, tem sido desenvolvida no âmbito da comparação entre determinadas doutrinas defendidas nessas *Qq.*

³ É curioso notar que a referência à biblioteca do Escorial como instituição possuidora do manuscrito em questão ainda surge em todas as edições da *Histoire de la philosophie médiévale* de Maurice de Wulf até a quinta (1905², p. 390, nt. 1; 1909³, p. 363, nt. 3; 1912⁴, p. 445, nt. 1; 1925⁵, t. 2, p. 55, nt. 4), porém ela desaparece na edição seguinte. Assim, na sexta edição do livro (1936⁶, t. 2, pp. 297-8), vemos apenas que há *Quaestiones super metaphysicam Aristotelis* de Henrique de Gand em manuscrito, porém não encontramos qualquer referência à biblioteca do Escorial. Dever-se-ia tal mudança ao fato de, entre uma edição e outra – mais precisamente, em 1933-4 –, Palémon Glorieux haver publicado seu *Répertoire des maîtres en théologie de Paris au XIII^e siècle*, no qual, em referência às *Qq. super Metaph.*, erroneamente cita nosso ms. Escorial, h.II.1, como pertencente não ao Escorial, mas à Biblioteca Nacional de España, em Madri (t. 1, 1933, p. 388e)? Sobre o erro de Glorieux, cf. ZWAENEPOEL, 1974, p. 7, nt. 1; e MACKEN, 1979, vol. 1, p. 259.

⁴ ANTOLÍN, 1911, p. 303. Os seguintes catálogos seguem Antolín em tal atribuição GLORIEUX, t. 1, 1933, p. 388e (cf. nota 8, acima); GRUBBS, 1935, p. 40; LOHR, 1968, p. 223 (a atribuição a Henrique de Gand não é revista nas adições e correções lidas em LOHR, 1972, p. 121).

⁵ Já na primeira metade do século XIV, Henrique de Herford menciona Henrique de Gand como autor de um escrito sobre a metafísica: “*scripsit etiam ejusdemmodi de quolibet 15, et super metaphysicam*” (*Liber de rebus memorabilibus*, ed. Potthast, p. 213 – cf. EHRLE, 1885, p. 400, nt. 1). Nisso é seguido, no século XV, por João Tritêmio (1494, ff. 73v-74r) e, já no século XVI, por Tiago Felipe Bergomense (1503, f. 325v), Conrado Gessner (1545, f. 310r) e pelo *Index* de Guilherme Carnificis e João Bunderius, segundo a reconstrução desse catálogo proposta por Paul Lehmann (1959², p. 338 – cf. tb. MACKEN, 1979, vol. 2, p. 1096). Os quatro atribuem a Henrique de Gand um escrito “*in Metaphysicam, libri 14^a*”. Atribuição semelhante ressurge, agora no século XVII, nos catálogos de Antônio Possevino (1606, vol. 2, p. 10), Roberto Belarmino (1622², p. 263 – tal atribuição não surge na primeira edição da obra, cf. 1613, pp. 379-80), Valério André (1623, p. 380), Antônio Sanders (1624, p. 55), Francisco Sweertius (1628, p. 328). Por fim, no século XVIII, encontramos tal atribuição em João Francisco Foppens (1739, p. 445a). Mesmo assim, ainda no século XIX, não era conhecido nenhum manuscrito que contivesse tal escrito. Dessa maneira, autores como François Huet (1838, pp. 78 e 82), Franz Ehrle (1885, p. 400) ou Maurice de Wulf (1894, p. 23) ainda mencionavam tal atribuição sem qualquer referência a uma base manuscrita. Destaque-se, porém, que a listagem de catálogos e crônicas aqui oferecida não almeja, de modo algum, esgotar a enorme bibliografia deste tipo produzida até o século XVIII. Nosso objetivo aqui é, tão somente, mostrar a continuidade da atribuição a Henrique de Gand de um comentário à *Metafísica* de Aristóteles desde o século XIV até o XVIII. Para mais informações sobre a bibliografia catalográfica moderna, cf. o fundamental LEHMANN, 1959² e os comentários sobre esse artigo em SILVESTRE, 1961 e 1965.

super Metaph. e as doutrinas equivalentes que se pode encontrar nos textos tidos como certamente autênticos de Henrique de Gand (principalmente as *Questões ordinárias* ou *Suma* e as *Questões quodlibetais*)⁶. Os principais trabalhos sobre nossas *Qq. super Metaph.* produzidos desse ponto de vista teórico provêm de Martin Grabmann (1928, pp. 70-98), Albert Zimmermann (1998, pp. 235-50)⁷, Pasquale Porro (2002) e Martin Pickavé (2007, pp. 369-4). Note-se, porém, que não foi atingido ainda um consenso acerca da autoria das *Qq. super Metaph.* contidas no ms. Escorial, h.II.1⁸, mesmo porque, sem dúvida, uma resposta para tal problema, se for possível, dependerá de uma edição crítica completa do comentário, a qual ainda não está disponível⁹. A bem dizer, o estado atual de pesquisa sobre o tema não nos permite ainda, nem mesmo, arriscar uma datação precisa para tais *Qq. super Metaph.* O que podemos dizer ao certo é que o ms. Escorial, h.II.1, pode ser datado da passagem do século XIII para o XIV. Por outro lado, a variedade de obras que igualmente se encontram copiadas no mesmo manuscrito não nos permite extrapolar para nossas *Qq. super Metaph.* a datação de qualquer outro trabalho nele contido¹⁰. Em todo caso, a utilização

⁶ Sobre a *Suma*, os 15 conjuntos de *Quodlibeta* e as demais obras hoje tidas como certamente atribuíveis a Henrique de Gand, cf. WILSON, 2011. Para um resumo de toda a problemática envolvendo o estabelecimento da listagem das obras autênticas de Henrique e sua cronologia, cf. LAARMANN, 1999, pp. 33-52.

⁷ O estudo de Zimmermann diz respeito, em particular, à temática do *subiectum* da metafísica tal como desenvolvido nas *Qq. super Metaph.* Sobre o mesmo tema, cf. tb. PICKAVÉ, 2007, pp. 372-4; e PICKAVÉ, 2008, p. 198-9.

⁸ Em seu estudo, Pasquale Porro (2002, p. 573) conclui que “<...> le *Quaestiones* sulla *Metafisica* dell'Escorial sembrano comunque presentare, messe a confronto con le opera autentiche di Enrico, affinità dottrinali sufficienti a suggerirne l'inclusione nel progetto degli *Henrici de Gandavo Opera Omnia*”. Outros trabalhos que, não obstante rapidamente, apontam para essa mesma incerteza quanto à atribuição de nossas *Qq. super Metaph.* são: PAULUS, 1938, p. xviii, nt. 4, CAFFARENA, 1958, p. 24, nt. 41 e p. 271 (onde Caffarena afirma considerar a atribuição das *Quaestiones* a Henrique de Gand como “bastante dudosa”), BATAILLON, 1960, p. 164, nt. 284 (que toma por base o referido texto de Caffarena, com ele afirmando concordar) e LAARMANN 1999, p. 44 (onde se diz que tal atribuição é “improvável [unwahrscheinlich]”).

⁹ Note-se que, por correspondência com o prof. Gordon A. Wilson, diretor da *Henry of Ghent Series*, fui informado de que as *Qq. super Metaph.* encontram-se em processo de edição e deverão ser publicadas como parte dos *Henrici de Gandavo Opera omnia*. É importante destacar, porém, que alguns trechos dessas questões já foram editados por Porro (2002). A seguir, apresento a listagem das questões editadas no referido artigo de Porro, seguidas da paginação do artigo deste último em que são dadas a público: *Qq. super Metaph.* IV, q. 1 (119), pp. 575-8; IV, q. 2 (120), pp. 579-80; IV, q. 3 (121), pp. 580-6; IV, q. 4 (122), pp. 586-9; IV, q. 5 (123), pp. 589-93; VI, q. 1 (302), pp. 593-4; VI, q. 2 (303), pp. 594-5; VI, qq. 5-6 (306-7), pp. 595-9; VI, q. 12 (313), pp. 599-600; VI, q. 15 (316), pp. 601-2. Como se pode notar, Porro se concentra nos livros IV e VI das *Qq. super Metaph.* Entre as questões não editadas por Porro, podemos mencionar IV, q. 8, e VI, q. 3, alguns trechos das quais podem ser lidos em Zimmermann (1998, pp. 237-8).

¹⁰ Sobre a datação do ms. Escorial, h.II.1, bem como sobre seu conteúdo, cf. os verbetes relativos a este manuscrito nos catálogos citados acima, na nota 1.

por nosso autor da tradução arabo-latina da *Metafísica*, ao que voltaremos adiante, parece indicar um *terminus a quo* nos anos 1220 (cf. BORGIO, 2014, pp. 53-4), o que, entretanto, não nos oferece uma exatidão particularmente grande.

Dito isso, o que pretendo no presente trabalho é apresentar uma pequena contribuição ao estudo das referidas *Qq. super Metaph.* do ms. Escorial, h.II.1, na medida em que se mostra possível desenvolver um estudo sobre tais questões. Sendo assim, abstraindo metodologicamente da discussão sobre a autoria dessa obra ou de sua datação, pretendo apresentar a seguir o estudo de uma posição filosófica precisa descrita, debatida e defendida nas *Qq. super Metaph.* – tal estudo poderá futuramente contribuir para a discussão, certamente mais ampla, acerca da autoria ou datação dessa obra. A meu ver, um campo privilegiado para um tal estudo histórico-filosófico dessas questões é a noção de ‘verdade’ (*veritas*) aí desenvolvida, uma vez que essa noção já foi mais cuidadosamente considerada por dois dos comentadores citados, a saber, Martin Grabmann (1928) e Pasquale Porro (2002)¹¹. Em poucas palavras, pretendo aqui partir desses dois comentários, buscando simultaneamente expandir alguns elementos das interpretações por eles propostas. Como veremos no decorrer deste trabalho, a descrição metafísica da verdade pelo autor de nossas questões se mostra um elemento fundamental de sua concepção de verdade que, entretanto, ainda não foi tão cuidadosamente considerado.

2. Verdade e ser nas *Qq. super Metaph.*

Como já mencionado, o texto que ora estudamos, não obstante seja um conjunto de questões sobre a *Metafísica* de Aristóteles, se apresenta como um comentário ao texto da *Metafísica*. De fato, logo nas primeiras linhas da obra, vemos:

“Sobre esta ciência metafísica muitos poderiam ser perguntados – a saber, ‘se poderia haver uma ciência do ente’ e muitos outros. Mas, uma vez que pela intenção [*intentio*] estes vêm depois neste livro, por isso os deixaremos de lado e perguntaremos sobre sua primeira proposição, na qual diz esta, a saber, ‘todos os homens desejam por natureza ter ciência [*scire*]’ <*transl. media*, ed. G. Vuillemin-Diem, p. 7,3 980a21> <...>.”¹²

¹¹ Cf. tb. as rápidas observações sobre o tema em PICKAVÉ, 2007, pp. 370-1.

¹² *Qq. super Metaph.*, prol. (ms. Escorial, h.II.1, f. 1ra, ll. 1-5): “Circa istam scientiam methaphysicam multa posset queri, utrum scilicet de ente scientiam posset esse et multa alia. Sed quia per intentionem ista prosequuntur in isto libro, ideo de istis supersedeamus et queramus de prima propositione ipsius,

Assim, nossas *Qq. super Metaph.* parecem se apresentar como questões inspiradas pela intenção do autor da *Metafísica*. Ou seja, não estamos em presença de um comentário literal à *Metafísica* de Aristóteles, mas de uma série de questões suscitadas pelas proposições que lemos em *Metafísica* I[A]-VI[E]¹³. Dessas, serão de especial interesse para nós as questões relativas aos livros II[α] e VI[E] da *Metafísica*, nesta ordem.

2.1. A verdade em *Qq. super Metaph. II*

Com efeito, Martin Grabmann já apontava para o fato de que o problema da verdade é formulado mais claramente por nosso autor a partir de *Qq. super Metaph. II*. Nas palavras de Grabmann (1928, p. 73), o “comentário ao segundo livro da *Metafísica* ou ao primeiro livro da *Metaphysica nova* é de interesse no que tange à história das ideias e ao conteúdo, pois aqui é desenvolvida exaustivamente, em uma série de questões, a doutrina filosófica da verdade, em conexão com as palavras iniciais <sc. de *Metafísica* II>, que são citadas segundo a tradução arabo-latina”¹⁴. De fato, lemos nas primeiras linhas de *Qq. super Metaph. II*, prol. (ms. Escorial, h.II.1, f. 6va, ll. 34-38):

“Agora, pergunta-se sobre a metafísica nova, ‘De fato, a consideração sobre a verdade’ <Iunt. VIII, f. 28vG; 993a30-1> etc. Sobre ela incidem muitas dúvidas. E, primeiramente, sobre as primeiras palavras, que dizem a saber que ‘a consideração ou o conhecimento da verdade é, de um modo, fácil’ <*ibid.*> etc. E, antes que se pergunte isso, se perguntarão muitos sobre a verdade. Em primeiro lugar, a saber, se a verdade possui ser; em segundo lugar, se a verdade é necessariamente; em terceiro lugar, o que é a verdade (e é a questão de Pilatos <Jo 18,38>); por último, em quais e como [*qualiter*] possui ser <...>.”¹⁵

qua dicit hanc scilicet ‘omnes homines natura scire desiderant’ <*transl. media*, ed. G. Vuillemin-Diem, p. 7,3 980a21> <...>”.

¹³ Sobre a complexa relação entre ‘questão disputada’ e ‘comentário’, enquanto gêneros de escrita, no século XIII, cf. PUNTA, 1998.

¹⁴ “Der Kommentar zum zweiten Buche der Metaphysik oder dem ersten Buche der Metaphysica nova ist ideengeschichtlich und inhaltlich von Interesse, weil hier im Anschluss an die Anfangsworte, welche nach der arabisch-lateinischen Übersetzung angeführt sind, die philosophische Lehre von der Wahrheit eingehend in einer Reihe von Quaestionen entwickelt wird <...>”. Cf. tb. GRABMANN, 1928, pp. 94-7.

¹⁵ *Qq. super Metaph. II*, prol. (ms. Escorial, h.II.1, f. 6va, ll. 34-38): “Nunc queritur circa nouam metaphisicam, ‘Consideratio quidem de ueritate’ etc. Circa quam incidunt multa dubitabilia. Et primum est de primo uerbo, quod dicit scilicet quod ‘consideratio siue cognitio ueritatis uno modo est facilis’ etc. Et antequam hoc queratur querenda sunt multa de ueritate. Prima scilicet utrum ueritas habet esse;

Como apontado por Grabmann – e reiterado por Porro (2002, pp. 515-6, 526 e 571-2) –, a passagem a que nosso autor se refere de *Metafísica* II[α] é o início do livro tal como surge na tradução arabo-latina da *Metafísica*, também conhecida como *translatio nova* ou *translatio Scoti*¹⁶. Como veremos adiante, será fundamental para a descrição do ser da verdade proposta por nosso autor que a *translatio nova* da *Metafísica* esteja entre suas fontes. No mais, certamente não será o caso aqui de detalhadamente percorrermos as quatro questões acerca da verdade formuladas por nosso autor. Antes, o que pretendo, é destacar algumas passagens chave que possibilitam uma compreensão da noção de verdade que se pretende estabelecer nessas *Qq. super Metaph.* – em particular, no que diz respeito à caracterização metafísica do ser que aí se atribui à verdade.

Pois bem, seguindo a ordem proposta por nosso autor, vejamos como se desenrola em seu texto uma primeira caracterização do ser da verdade. Isso ocorre, como seria de esperar dado o último texto destacado, já em *Qq. super Metaph.* II, q. 1 (34)¹⁷:

“A isso cumpre dizer que a verdade possui ser nas coisas. De fato, a verdade é o mesmo que a entidade da coisa, aponto somente um modo de ente sobre o ente absoluto. E, no entanto, cumpre saber aqui que este modo de ente que é significado pelo nome de ‘verdadeiro’ não é um modo de ente considerando o ente em si e absolutamente, mas enquanto é declarativo de si na alma [*sui declarativum apud animam*].”¹⁸

secundo utrum ueritatem necesse sit esse; tertio quid est <sl., sit exp.> ueritas, et est questio Pilati <Io 18,38>; demum in quibus et qualiter habet esse <...>”.

¹⁶ Sobre as traduções greco-latinas e a tradução arabo-latina da *Metafísica* de Aristóteles em circulação no século XIII, cf. BORGO, 2014. Para uma introdução às traduções medievais das obras de Aristóteles, cf. DOD, 1982.

¹⁷ A referência a trechos das *Qq. super Metaph.* será feita, primeiro, pela indicação do livro (o comentário se divide em seis livros), seguido da contagem das questões a partir do começo de cada livro e, por fim, entre parênteses, adicionaremos a contagem contínua de questões. Isso será feito para que o leitor possa tanto se referir à enumeração contínua das questões proposta por Raymond Macken com base na listagem de Raymond-Marie Giguère (cf. MACKEN, R. 1979, vol. 2, pp. 1073-96), como também ao método de numeração a partir da divisão em livros utilizado (junto à numeração contínua) em PORRO, 2002.

¹⁸ *Qq. super Metaph.* II, q. 1 (34) (ms. Escorial, h.II.1, f. 6vb, ll. 8-11): “Ad hoc dicendum quod ueritas habet esse in rebus. Veritas enim idem est cum rei entitate solum modum entis apponens supra ens absolutum. Et tamen hic sciendum quod iste modus entis qui significatur nomine ueri non est modus entis in se et absolute considerando ens, sed ut est sui declarativum apud animam”.

Como vemos, para nosso autor, a noção de verdade (*veritas*) só se explica por remissão à noção de ente (*ens*), pois a verdade é, precisamente, um modo (*modus*) de ente. Assim, enquanto o termo ‘ente’ significa o ente absoluto (*ens absolutum*), o termo ‘verdade’ significa um modo preciso de ente ou, dito de outra maneira, significa o ente sob um modo preciso. Tomando o termo ‘verdade’ desse modo, é possível dizer que há verdade nas coisas, uma vez que a verdade é a própria entidade da coisa significada sob um determinado modo. Mas, que modo seria esse?

Nesse ponto, surge aquilo que, para Grabmann, parece ser o fundamental na noção de verdade desenvolvida em *Qq. super Metaph. II* – como nota Pasquale Porro (2002, pp. 516-7), na leitura desse texto “Grabmann foi arrebatado pelo amplo espaço dedicado no comentário ao problema da verdade e, em particular, pela recorrente definição do ente verdadeiro como *declarativum sui apud animam* <...>”¹⁹, isto é, como declarativo de si na alma. Para Grabmann, a descrição da verdade como o ente ‘enquanto é declarativo de si na alma’ constitui uma “definição da verdade ontológica [*Definition der ontologischen Wahrheit*]” (1928, p. 84). Desse ponto de vista, a verdade seria, para o autor das *Qq. super Metaph. II*, uma relação entre dois elementos, a saber, a coisa enquanto se declara a uma alma e esta mesma alma enquanto a coisa é declarada a si. Em outras palavras, talvez possamos dizer que a verdade, na passagem acima, é descrita simplesmente como a relação entre o conhecido e o cognoscente, enquanto que o ente verdadeiro é aquele ente que não somente é cognoscível, mas também pode se dar a conhecer.

No entanto, se avançamos no texto de *Qq. super Metaph. II*, q. 1, vemos esse quadro se complexificar. De fato, para além dessa descrição da verdade que Grabmann via como ‘ontológica’ – segundo a qual a verdade seria a entidade da coisa enquanto declarativa de si na alma –, Porro (2002, p. 518) aponta a ocorrência nessa mesma questão daquilo que ele denomina como uma aceção psicológica ou mental de verdade. É o que lemos no trecho a seguir:

“<...> cumpre dizer que a verdade é dita de dois modos. De um modo, diz-se verdade a entidade da coisa e, então, nomeia a coisa enquanto é declarativa de si na alma; e esta verdade é o mesmo que a coisa. De outro modo, diz-se verdade a entidade

¹⁹ “Grabmann fu colpito soprattutto dall’ampio spazio dedicato nel commento al problema della verità, e in particolare dalla ricorrente definizione dell’ente vero come *declarativum sui apud animam* <...>”.

da coisa diminuída e chama-se ‘verdade’ o ser conhecido da coisa na alma originado da verdade dita do primeiro modo.”²⁰

Nas palavras de Porro (2002, p. 518), “a formulação pressupõe, como talvez seja evidente, a distinção entre uma acepção, por assim dizer, ‘ontológica’ da verdade (o verdadeiro entendido precisamente como ente que é manifestativo de si ao intelecto) e uma ‘psicológica’ ou mental (a entidade mental enfraquecida – *diminuta* – que corresponde ao ente extramental)”²¹. Agora, com efeito, a descrição da verdade que lemos no penúltimo excerto surge como um modo de descrição da verdade, mas a este é adicionado um segundo modo, a saber, a verdade enquanto “entidade da coisa diminuída [*rei diminute entitas*]”. Tal entidade da coisa diminuída nosso autor parece identificar ao “ser conhecido na alma originado da verdade dita do primeiro modo [*esse cognitum rei in anima orta a ueritate primo modo dicta*]”. Ou seja, vemos que, apesar da distinção entre esses dois modos, há para nosso autor uma ordenação entre eles, uma vez que a [i] verdade tomada como entidade da coisa enquanto manifestativa de si é origem da [ii] verdade tomada como entidade da coisa diminuída ou ser conhecido da coisa na alma.

No entanto, resta ainda um elemento a ser destacado na complexa rede de causalidades que, segundo nosso autor, caracteriza o conhecimento verdadeiro. De fato, para ele, não somente a entidade da coisa diminuída ou ser conhecido na alma depende em sua origem da verdade tomada como entidade da coisa enquanto manifestativa de si, mas esta última depende ainda de uma verdade primeira. Dessa maneira, em última instância, toda verdade – tomando verdade do primeiro ou do segundo modo – depende da verdade primeira, o que Grabmann (1928, pp. 85-6) lê como a afirmação de uma “relação da verdade para com Deus [*Beziehung der Wahrheit auf Gott*]” em *Qq. super Metaph.* II, q. 9 (47). De fato, como lemos nessa questão:

“<...> há uma verdade única primeira da qual todas as outras são causadas <...>, seja porque tal é verdade é primeira no gênero das verdades e, por isso, maximamente é ente na verdade

²⁰ *Op. cit.* (ll. 12-15): “<...> dicendum quod ueritas duobus modis dicitur. Uno modo dicitur ueritas rei entitas et tunc nominat ens ut sui est declarativum apud animam; et hec ueritas idem est cum re. Alio <ms., secundo PORRO, 2002, p. 518> modo dicitur ueritas rei diminute <ms., diminuta PORRO, 2002, p. 518> entitas et appellatur ueritas esse cognitum rei in anima orta a ueritate primo modo dicta”.

²¹ “La formulazione presuppone, com'è forse evidente, la distinzione tra un'accezione per così dire 'ontologica' della verità (il vero inteso appunto come ente che è manifestativo di sé all'intelletto) e una 'psicologica' o mentale (l'entità mentale indebolita – *diminuta* – che corrisponde all'ente extramentale)”.

e causa de todas as outras verdades que são em seguida, seja porque dela procede a verdade nas coisas e, da verdade nas coisas, procede a verdade na alma.”²²

Neste trecho, aqueles dois modos de verdade que vimos anteriormente surgem como que relativizados. De fato, essa verdade única e primeira, agora apresentada, é uma verdade primeira e causa de toda verdade sob dois aspectos, correspondentes àqueles dois modos de verdade. Assim, no que diz respeito [i] à verdade tomada como entidade da coisa enquanto é declarativa de si na alma, na verdade primeira, ente e verdade se identificam maximamente, sendo esse ente maximamente verdadeiro a causa de todas as outras verdades. Consequência disso parece ser a imperfeição da identificação entre ente e verdade nas verdades causadas por essa verdade primeira, já que aquelas, ao contrário desta, não possuiriam maximamente a identidade entre ente e verdade. Além disso, porém, a mesma verdade única e primeira é anterior também no que tange [ii] à verdade tomada como a entidade da coisa diminuída ou conhecida na alma, pois tal verdade primeira precede a verdade que se identifica à entidade das coisas e esta última verdade é, como já havíamos visto, a origem da entidade diminuída ou do ser conhecido da coisa na alma. Portanto, pode-se dizer que, para nosso autor, a verdade primeira – ou, no vocabulário preferido por Grabmann, Deus – seria causa e princípio da verdade sob os dois modos que vimos no trecho anterior. E isso de acordo com a ordem que igualmente notamos ser estabelecida entre aqueles dois modos de verdade. Assim, a verdade primeira precede e causa [i] a verdade que é entidade da coisa enquanto manifestativa de si na alma e, ao fazê-lo, também precede e causa [ii] a verdade que é a entidade da coisa diminuída ou o ser conhecido da coisa na alma.

Pois bem, se aceitarmos a identificação proposta por Grabmann entre a verdade primeira e Deus – o que, ademais, parece bem plausível –, pode-se adicionar que a mesma verdade primeira, enquanto divina, surge em *Qq. super Metaph.* II, q. 2 (35), como a garantia ou lastro da necessidade da verdade, ou melhor, da necessidade do ser da verdade. Destarte, após afirmar que a questão da necessidade da verdade pode ser posta sob diversos pontos de vista – em particular, sob os diversos modos de verdade já enumerados –, nosso autor termina por afirmar que só há um aspecto sob o qual o ser da verdade pode ser

²² *Qq. super Metaph.* II, q. 9 (47) (ms. Escorial, h.ll.1, f. 9va, ll. 15-20): “<...> una est prima ueritas a qua omnia alia causantur <...>, tum quia talis ueritas est prima in genere ueritatum et ideo maxime est ens in ueritate et causa omnium aliarum ueritatum que sunt post, tum quia ab ipsa procedit ueritas in rebus et a ueritate in rebus procedit ueritas in anima”.

dito necessário. Com efeito, [i] se identificarmos a verdade à entidade da coisa, do primeiro modo de verdade que vimos acima, nem todas as verdades serão necessárias tal como nem todas as coisas são necessárias. Por outro lado, [ii] se, de acordo com o segundo modo de verdade, compreendermos a verdade como o ser da coisa diminuída na alma ou o ser conhecido da coisa, podemos tomar a questão sob mais dois aspectos. De um modo, pergunta-se se haverá necessariamente esse ser da coisa na alma independentemente do ser da coisa fora (*extra*). Nesse caso, nosso autor nos diz que, embora a verdade seja necessária de si (já que a verdade do conhecimento independe do ser ou não ser da coisa fora), ela não possui o necessariamente ser, uma vez que, como foi estabelecido, o ser da coisa na alma depende causalmente do ser da própria coisa. Desse modo, se a coisa não for, a verdade também não será. Agora, ainda no âmbito do segundo modo de verdade, pode-se também questionar a necessidade do ser da verdade perguntando-se se a coisa, enquanto conhecida, é necessária de algum outro modo (*quoquo modo*). Sobre este último caso nos é dito:

“<...> cumpre dizer que a verdade possui ser necessário de algum modo, pois na existência das coisas há [*est*] certa disposição nas coisas pela qual a virtude intelectual possui um conhecimento das coisas. Mas, certa virtude, ao menos a divina, possui um conhecimento das coisas. Mas, a coisa possui o ser conhecida sob a razão pela qual é dita verdadeira e, desse modo, a verdade de certo modo possui um ser necessário.”²³

Se seguirmos esse trecho, a necessidade do ser da verdade só pode ser justificada pela remissão ao conhecimento divino, porque as coisas só podem ser ditas verdadeiras enquanto possuem uma disposição pela qual sejam

²³ *Qq. super Metaph.* II, q. 2 (35) (ms. Escorial, h.ll.1, f. 7ra, ll. 18-31): “Cum queritur utrum ueritas habet esse necessarium, dicendum quod ista questio multis modis potest querere. Potest enim querere de ueritate <add. s.l.> primo modo dicta, ut distinctum est superius, et talis ueritas conuertitur cum ente. Si questio querat de tali ueritate tunc eadem questio est utrum ens habeat esse necessarium – et tali plana est responsio, quia quedam sit quedam non sit. Si questio queratur de ueritate que est cognitio rei in anima causata a ueris rebus extra, adhuc questio poterit querere duobus modis. Uno modo sic scilicet utrum ueritas habet esse siue res sit siue non sit – et sic ueritas necessario sit de se. Alio modo scilicet utrum ueritas habeat esse necessarium absolute quoquo modo, quia <quod ms.> aliquo modo est impossibile ueritas non esse. Si intelligatur primo, dicendum quod non habet esse necessarium, quia si res non sunt, non est dispositio in rebus per quam cognoscibiles sunt ab anima. Loquendo uero secundo modo, dicendum quod ueritas habet esse necessarium quoquomodo, quia in existencia rerum est quedam dispositio in rebus per quam uirtus intellectua habet rerum cognitionem. Virtus autem(?) aliqua, saltem diuina, habet rerum cognitionem. Res autem habet cognosci <cognitionem(?) ms.> sub ratione qua dicitur uerum et hoc modo ueritas quoquo modo habet esse necessarium”.

conhecidas e, em última instância, só se pode afirmar que tal conhecimento seja necessariamente trazido ao ato no caso do intelecto divino. Em outras palavras, a verdade das coisas existentes é necessária, porque – pelo menos no caso do intelecto divino – elas são conhecidas (isto é, manifestam a si mesmas) necessariamente.

Nesse ponto, porém, parece haver uma discrepância entre o que lemos em *Qq. super Metaph.* II, q. 2 (35) e a primeira descrição da verdade que lemos em *Qq. super Metaph.* II, q. 1 (34). De fato, neste último texto, lemos que uma coisa é verdadeira enquanto é algo “declarativo de si na alma [*sui declarativum apud animam*]”²⁴. Ou seja, por essa formulação pareceria que a coisa é dita *declarativa*, porque não se exige que ela se declare em ato para que seja dita verdadeira, mas antes que tenha a capacidade ou “disposição [*dispositio*]” (no vocabulário no último trecho destacado) para se declarar à alma. No momento, porém, em que surge a exigência de que haja pelo menos um ato de intelecção necessário da coisa para que ela seja dita necessariamente verdadeira, parece que, em lugar de uma capacidade ou disposição para se declarar, se exige agora – em *Qq. super Metaph.* II, q. 2 (35) – que a coisa se declare em ato para que seja dita verdadeira. Em poucas palavras, em *Qq. super Metaph.* II, q. 1 (34) pareceria que a coisa é dita verdadeira por ser cognoscível, enquanto que em *Qq. super Metaph.* II, q. 2 (35) a coisa parece ser dita verdadeira por ser já conhecida (ainda que somente pela virtude cognoscitiva divina).

Pois bem, uma possível solução para esse problema seria considerar que, em geral, as coisas são cognoscíveis e, portanto, verdadeiras (isto é, são declarativas de si para a alma e possuem uma disposição para tal), porque anteriormente já são conhecidas pela (ou já declaram a si mesmas na) virtude cognoscitiva divina. Ou seja, a verdade entre as coisas causadas pela verdade primeira pode ser caracterizada em termos de disposição, porque na virtude cognoscitiva divina tal verdade já é em ato. E, no mais, esse ato de conhecimento divino é suficiente não somente para garantir a verdade das coisas existentes, mas também para garantir a necessidade do ser da verdade de tais coisas. Dessa maneira, se tomarmos Deus como sujeito dessa virtude cognoscitiva divina e como aquela verdade única e primeira que víamos há pouco²⁵, fica claro que o mesmo Deus é causa e princípio dos dois modos de verdade – seja tal verdade tomada [i] como a entidade da coisa declarativa de si na alma, seja ela tomada [ii] como a entidade da coisa diminuída ou o ser conhecido da coisa na alma –, bem como é também a garantia da necessidade

²⁴ Cf., acima, nota 18.

²⁵ Cf., acima, nota 22.

do ser da verdade e da disposição das coisas existentes a se declararem à alma, isto é, a se darem a conhecer.

Portanto, vemos agora como nosso autor busca entrelaçar três elementos na caracterização da verdade formulada em *Qq. super Metaph.* II, a saber: [i] a coisa cognoscível, [ii] a alma cognoscente e [iii] Deus, tomado como verdade primeira e virtude cognoscitiva, garantia, causa e princípio da verdade na coisa, bem como – por isso mesmo – da verdade na alma. Concentrandos-nos nesta última, porém – que não é senão aquela entidade da coisa diminuída ou o ser conhecido da coisa na alma –, resta ainda adicionar uma distinção que nosso autor propõe em *Qq. super Metaph.* II, q. 1 (34), a saber, a distinção entre os dois modos pelos quais pode se dar a verdade do conhecimento na alma:

“E essa verdade se diz de dois modos. De fato, ou bem tal conhecimento na alma que é a verdade é da coisa incompleta [*rei incomplexæ*] e um conhecimento incompleto ou é o conhecimento do complexo e <um conhecimento> complexo. Se do primeiro modo, então a verdade nada mais é do que o conhecimento da coisa simples na alma. Se do segundo modo, então nada mais é a verdade do que o conhecimento de muitos simples pela união dos unidos entre si.”²⁶

De início, essa passagem pode parecer uma simples reafirmação da repisada distinção entre as duas operações da alma: o conhecimento incompleto e o conhecimento complexo, junto à reiteração de que ambos, cada qual a seu modo, podem ser tidos como conhecimentos verdadeiros – o primeiro sendo já verdadeiro por si mesmo, e o segundo sendo verdadeiro na medida em que une o que deve ser unido. Se olharmos mais atentamente, porém, essa passagem possui um desdobramento interessante das entidades envolvidas na descrição do conhecimento verdadeiro, pois é dito que o conhecimento incompleto é da coisa incompleta (*rei incomplexæ*), ao passo que o conhecimento complexo é um conhecimento de algo complexo (*complexi*). Ora, essa descrição se coaduna muito bem com a formulação do segundo modo de verdade que vimos acima, quando se diz, a saber, que a verdade do segundo modo é “a entidade da coisa diminuída [*rei diminute entitas*]”²⁷.

²⁶ *Op. cit.* (ll. 15-19): “Et hec ueritas dicitur duobus modis. Aut enim talis cognitio in anima que est ueritas est rei incomplexæ et cognitio incomplexa aut cognitio complexi et complexa. Si primo modo, tunc ueritas nichil aliud est quam cognitio rei simplicis in anima. Si secundo modo, tunc nichil aliud est ueritas quam cognitio plurium simplicium per unionem unitorum ad inuicem”.

²⁷ Cf., acima, nota 20.

Pasquale Porro (2002, p. 518) sugere que, neste trecho, o *diminute* presente no manuscrito seja corrigido para *diminuta* de modo a caracterizar *entitas* no nominativo feminino singular e não *rei* no genitivo feminino singular medieval (-e). No entanto, além de a mesma expressão, “*rei diminute entitatem*”, ressurgir posteriormente nas *Qq. super Metaph.*²⁸, parece que nosso autor privilegia a caracterização da coisa conhecida enquanto uma *coisa* propriamente dita e, em alguma medida, distinta da coisa existente fora. De fato, a coisa existente fora se identifica à coisa enquanto conhecida, mas não na medida em que esta última é diminuída ou incompleta. Assim, tal como há uma coisa existente em sua própria entidade, ao conhecimento de tal coisa corresponde a coisa enquanto diminuída ou conhecida e, mais precisamente, ao conhecimento incompleto corresponde tal coisa como incompleta, assim como ao conhecimento complexo corresponde um complexo.

Em resumo, *Qq. super Metaph.* II nos fornece um intrincado quadro da noção de verdade tal como concebida por nosso autor. Para ele, a caracterização da verdade exige o entrelaçamento de diversas relações entretidas pela coisa conhecida, pela alma cognoscente e pela primeira verdade ou virtude cognoscitiva divina, que fornece o lastro metafísico da relação entre coisa e alma. Além disso, nosso autor parece defender que, em especial no que diz respeito à verdade na alma, não basta tomar a coisa como algo existente fora da alma, mas é preciso desdobrar a coisa, tomando-a de diferentes modos na medida em que é conhecida de diferentes modos – como coisa diminuída enquanto conhecida em geral, mas como coisa incompleta enquanto a alma possui dela um conhecimento incompleto. Ademais, o próprio complexo conhecido parece ser algo outro que não o conhecimento complexo ele mesmo. Pois bem, o instrumento metafísico que permite tal distinção entre a coisa em seu ser próprio e a coisa em seu ser conhecido é, precisamente, a noção de ‘ser diminuído’, pressuposta pela expressão ‘coisa diminuída’. Porém, para vermos mais cuidadosamente como nosso autor desenvolve a noção de ‘ser diminuído’, precisamos deixar *Qq. super Metaph.* II e avançar para *Qq. super Metaph.* VI, onde será o caso de compreender mais cuidadosamente tal expressão.

2.2. A verdade em *Qq. super Metaph.* VI

Notemos de início que não surpreende que a noção de ‘ser diminuído’ ressurgja, relacionada ao estudo da verdade, precisamente no livro VI das *Qq. super Metaph.* A noção de *entitas diminuta* – ou, ainda, ‘ente

²⁸ Cf., adiante, nota 30.

diminuído’, ‘ser diminuído’ – é um importante capítulo da complexa recepção escolástica latina da obra de Aristóteles. Basicamente, como mostrado no clássico artigo de Armand Maurer (1950), tal expressão surge na tradução arabo-latina – a já referida *translatio nova* ou *translatio Scoti* – de *Metafísica* VI, c. 4 (1028a1-2). Nesse trecho, no latim da tradução arabo-latina, lemos que o ente verdadeiro, proveniente do conhecimento, é “num gênero diminuído dentre os gêneros do ente [*in genere diminuto generum entis*]” (Iunt. VIII, f. 152rB)²⁹. Ora, vimos acima que, segundo Grabmann (1928, pp. 73, 94-7), e Porro o acompanha nessa afirmação (2002, pp. 515-6, 526 e 571-2), nosso autor se utiliza, em *Qq. super Metaph.* II, da tradução arabo-latina da *Metafísica* de Aristóteles. Ou seja, a referência à noção de ‘coisa diminuída’ no livro II de nossas questões parece apontar para um diálogo com o sexto livro da mesma obra, cujas cinco questões sobre a verdade não foram ainda consideradas por Grabmann, Porro ou outro comentador de que tenho notícia.

Essas cinco questões que aqui nos interessam são, nessa ordem, *Qq. super Metaph.* VI, qq. 20-24 (321-325):

- q. 20 (321): “se o verdadeiro é nas coisas ou na alma [*utrum uerum sit in rebus uel in anima*]” (ms. Escorial, h.II.1, f. 72ra, ll. 27-8);
- q. 21 (322): “se o verdadeiro e o falso possuem ser na composição e divisão [*utrum uerum et falsum habeant esse in compositione et diuisione*]” (ms. Escorial, h.II.1, f. 72ra, ll. 44-5);
- q. 22 (323): “se o verdadeiro complexo possui ser na alma [*utrum uerum complexum* (lê-se *compositum* em MACKEN, 1979, vol. 2, p. 1096) *habeat esse in anima*]” (ms. Escorial, h.II.1, f. 72ra, ll. 48-9);
- q. 23 (324): “se o verdadeiro e o falso possuem ser na oração [*utrum uerum et falsum habeant esse in oratione*]” (ms. Escorial, h.II.1, f. 72rb, l. 5);
- q. 24 (325): “se o verdadeiro e o falso possuem ser no gênero diminuído de ente, como diz Aristóteles na letra [*utrum uerum et falsum habeant esse in diminuto genere entis, sicut uult Aristoteles in littera* <Iunt. VIII, f. 152rB; 1028a1-2>]” (ms. Escorial, h.II.1, f. 72va, ll. 16-7).

²⁹ Em comparação, na *translatio media*, temos “circa reliquum genus entis” (ed. G. Vuillemin-Diem, p. 122,10).

Como podemos notar, essas cinco questões de *Qq. super Metaph.* VI partem exatamente do ponto em que éramos deixados no segundo livro, a saber: a afirmação de que há verdade tanto na coisa como na alma que a conhece, sendo o ente verdadeiro tomado como [i] ‘declarativo de si na alma’ e como [ii] ‘entidade da coisa diminuída na alma’. Como foi o caso em nosso estudo de *Qq. super Metaph.* II, também aqui não pretendo esgotar os temas abordados nessas cinco questões. Antes, buscarei destacar apenas algumas passagens que dialoguem com o que lemos acima e, principalmente, que nos ajudem a compreender melhor o que seria a coisa diminuída ou o ser diminuído da coisa, cuja afirmação se mostra necessária para a concepção de verdade de nosso autor.

Antes de mais nada, notemos que em *Qq. super Metaph.* VI retoma-se em termos semelhantes a distinção entre o verdadeiro [i] enquanto entidade da coisa e [ii] enquanto entidade da coisa diminuída. Agora, porém, tal doutrina é apresentada no contexto de um discurso acerca dos transcendentais – isto é, ‘ente’, ‘uno’, ‘bem’ e ‘verdadeiro’:

“A estes cumpre dizer que o verdadeiro, o ente, o uno e o bem se convertem de certo modo e ambos dentre eles <i.e. o bem e o verdadeiro> são ditos duplamente. De fato, o bem, de um modo, é dito enquanto é uma disposição do costume [*dispositio moris*]; de um modo, é dito ser a entidade da coisa e deste último <modo> é nas coisas, tal como cada um é dito bom por comparação ao fim <...>. Similarmente, o verdadeiro é dito duplamente: de um modo, enquanto é dito ser a verdadeira entidade da coisa, de outro modo enquanto é dito ser a entidade da coisa diminuída.”³⁰

Aqui em *Qq. super Metaph.* VI, porém, a verdade do primeiro modo, isto é, como entidade da coisa, é explicitamente identificada também à essência ou quiddidade da coisa: “do primeiro modo, a verdade é o mesmo que a quiddidade e essência daquilo e aqui está a verdade sobre a qual fala Aristóteles, no quinto deste <i.e. em *Metafísica V*>, que o ente de um modo nomeia a quiddidade e a

³⁰ *Qq. super Metaph.* VI, qq. 20-23 (321-324) (ms. Escorial, h.11.1, f. 72rb, ll. 9-15): “Ad ista dicendum quod uerum et ens et unum et bonum conuertuntur quodammodo et utrumque illorum dupliciter dicitur. Bonum enim uno modo dicitur prout est dispositio moris, uno modo dicitur rei entitatem et <i>sto ultimo <sc. modo> est in rebus sicut unumquodque dicitur bonum per comparisonem ad finem <...>. Similiter uerum dicitur dupliciter, uno modo secundum quod dicitur uerum rei entitatem, alio modo secundum quod dicit rei diminute entitatem”.

verdade da coisa”³¹. Quanto à verdade dita do segundo modo, isto é, como entidade da coisa diminuída, retoma-se aqui a distinção entre a verdade que diz respeito ao conhecimento incompleto e a verdade que diz respeito ao conhecimento complexo. A bem dizer, em um primeiro momento, essa distinção surge expressa por um novo vocabulário, quando lemos que a verdade, do “segundo modo, diz-se duplamente: de um modo, é dita a similitude ou intenção da coisa fora que é deixada na alma; de outro modo, nomeia o hábito do conhecimento deixado na alma por tais espécies apreendidas”³². Nessa passagem, introduz-se uma consideração noética a respeito do processo causal de formação do conhecimento a partir das coisas, o que não será de nosso interesse desenvolver neste momento. Logo em seguida, porém, nosso autor reformula a mesma distinção entre conhecimento incompleto e conhecimento complexo em termos que já nos são mais familiares:

“Donde, cumpre notar que a operação da alma é dupla: uma é apreender, outra é compor e dividir. Da primeira operação, se causa o incompleto verdadeiro, pois a alma apreende a espécie simples da própria coisa e a quiddidade e essência dela, e tal verdade é incompleta, pois é por intenções simples. Da segunda operação da alma, que é compor ou dividir, é causada a verdade do complexo <...>.”³³

Com essas citações de *Qq. super Metaph.* VI, pretendo principalmente apontar a coerência reinante entre as teses aqui defendidas e aquelas que liamos em *Qq. super Metaph.* II. Assim, em ambas as passagens temos a distinção entre [i] a verdade enquanto entidade da coisa e [ii] a verdade enquanto entidade da coisa diminuída, sendo este último caso distinguido em

³¹ *Qq. super Metaph.* VI, qq. 20-23 (321-324) (ms. Escorial, h.II.1, f. 72rb, ll. 15-20): “Primo modo ueritas idem est quod quidditas et essentia <huius exp.> ipsius et hic est ueritas de qua loquitur Aristoteles quinto huius, quod ens uno modo nominat quidditatem et ueritatem rei <Metaph. V[Δ], c. 7 – transl. media, ed. G. Vuillemin-Diem, p. 94,19-95,5; transl. Scoti, lunt. VIII, f. 116vL-; 1017a22-35>. Et de tali ueritate non est hic questio. Secundo modo dicitur dupliciter: uno modo dicitur similitudo(?) uel intencio rei extra que derelinquitur in anima; alio modo nominat habitum cognitionis derelictum in anima per tales species apprehensas”.

³² Cf. nota anterior.

³³ *Qq. super Metaph.* VI, qq. 20-23 (321-324) (ms. Escorial, h.II.1, f. 72rb, ll. 20-25): “Unde notandum quod duplex est operatio anime: una est apprehendere, alia est componere uel diuidere. A prima operatione causatur uerum incomplectum, quia anima apprehendit speciem simplicem ipsius rei et quidditatem et essentiam ipsius et talis ueritas est incompleta, quia sit per intenciones simplices. A secunda operatione anime, que est componere uel diuidere, causatur ueritas complexi <...>”.

dois de acordo com as operações da alma, a saber: o caso da verdade do conhecimento incompleto e o caso da verdade do conhecimento complexo.

Como adiantado há pouco, porém, *Qq. super Metaph.* VI – em particular, sua q. 24 (325) – é importante por propiciar algumas informações mais precisas acerca da noção de ‘coisa diminuída’, utilizada já em *Qq. super Metaph.* II, mas não exposta ali em pormenores. A bem dizer, no entanto, tal noção também não será longamente desenvolvida no sexto livro das *Qq. super Metaph.* Antes, ela ganha aí apenas algumas nuances que merecem ser destacadas. Em especial, nosso autor busca caracterizar a noção de ‘ser diminuído’ em *Qq. super Metaph.* VI, q. 24 (325), ao tentar estabelecer com respeito a que outro a coisa conhecida, enquanto verdadeira, é dita diminuída na alma. Seria ela diminuída com respeito à alma que a conhece ou com respeito à própria coisa em si mesma? Essa é a discussão que lemos no trecho a seguir:

“<...> cumpre dizer que o verdadeiro é no gênero diminuído de ente não com respeito à própria alma, mas se diz que o verdadeiro, enquanto é na alma, é um diminuído do verdadeiro existente nas coisas. Por isso, a verdade em seu ser completo é nas coisas, mas em seu ser diminuído é na alma.”³⁴

Temos aqui, finalmente, uma distinção claramente formulada entre o ser completo (*esse completum*) da coisa verdadeira enquanto existente e o ser diminuído (*esse diminutum*) da mesma coisa verdadeira enquanto possui ser na alma, isto é, enquanto é conhecida. Assim, é por comparação à coisa existente em seu ser completo que a coisa na alma é dita diminuída, mas não em comparação à alma. De fato, não dizemos que a alma conhece a coisa diminuída, mas que conhece a própria coisa; por outro lado, devemos dizer que a coisa, enquanto é na alma ao ser conhecida, não é na alma com seu ser completo – não é na alma tal como existe fora, em si mesma –, mas é na alma por um ser diminuído. Dessa maneira, a verdade enquanto entidade da coisa declarativa de si na alma é a coisa no ente completo, não diminuído, ao passo que a verdade enquanto entidade da coisa na alma é diminuída, não com respeito à alma, mas com respeito àquele ser completo que a mesma coisa possui enquanto existe e provoca esse conhecimento acerca de si mesma:

³⁴ *Qq. super Metaph.* VI, q. 24 (325) (ms. Escorial, h.ll.1, f. 72va, ll. 24-27): “<...> dicendum quod uerum est in diminuto genere entis non respectu ad ipsam animam, sed uerum prout est in anima dicitur esse diminutum ueri existentis in rebus, unde ueritas in suo esse <genere *ras*> completo est in rebus, sed in suo esse diminuto est in anima”.

“<...> cumpre dizer que o verdadeiro é no gênero de ente simplesmente, não diminuído, enquanto informa a própria alma, mas é diminuído na razão do verdadeiro enquanto é na alma com respeito ao verdadeiro existente nas coisas.”³⁵

Enfim, o fato de a coisa ser na alma por um ser diminuído da coisa não faz com que o conhecimento seja acerca da coisa enquanto diminuída. Pelo contrário, a própria coisa existente em seu ser completo se declara à alma e, no que diz respeito à alma, a coisa é conhecida em seu ser completo. Por outro lado, nosso autor sente a necessidade de distinguir metafisicamente o ser da coisa verdadeira existente em si mesma, fora da alma, e o ser que essa mesma coisa possui enquanto é na alma, isto é, enquanto é conhecida. Para tanto, ele se vale precisamente da noção de ‘ser diminuído’, opondo-o ao ser completo da coisa enquanto existente fora.

3. Conclusão

Parece-me, com efeito, que as noções de ‘ser diminuído’ ou ‘coisa diminuída’ assumem papel central na discussão sobre a verdade desenvolvida em *Qq. super Metaph.* II e VI. De fato, se tal discussão se inicia no livro II pela consideração da verdade como a entidade da coisa enquanto declarativa de si na alma e envolve, também, a consideração de Deus como verdade primeira, é somente pelo ser diminuído da coisa que o conhecimento da verdade pela alma se consoma, partindo de um conhecimento incompleto verdadeiro e chegando, eventualmente, a um conhecimento complexo verdadeiro. Por outro lado, é patente que, se a noção de ‘ser diminuído’ possuir esse papel central que queremos a ela atribuir em nossa leitura da concepção de verdade formulada nas *Qq. super Metaph.*, será necessário desenvolver mais detalhadamente o que se toma aqui por ‘ser diminuído’ ou ‘coisa diminuída’. Talvez, uma próxima fonte a ser cuidadosamente considerada sejam as questões sobre a relação escritas por nosso autor – a saber, *Qq. super Metaph.* V, qq. 99-120 (235-255) (ms. Escorial, h.II.1, ff. 50va13-56ra). Igualmente interessante, porém, será a consideração de *Qq. super Metaph.* V, q. 163 (298) (ms. Escorial, h.II.1, f. 67vb, ll. 4-29), onde se discute a própria noção de *diminutum* como relação entre todo e parte. Assim, por recurso a *Qq. super Metaph.* V, parece-me que será possível

³⁵ *Qq. super Metaph.* VI, q. 24 (325), ad 1 (ms. Escorial, h.II.1, f. 72va, ll. 27-30): “Ad primum argumentum dicendum est quod uerum est in genere entis simpliciter non diminuto prout informat ipsam animam, sed est diminutum in ratione ueri prout est in anima respectu ueri existentis in rebus”.

melhor compreender, em termos metafísicos, o que nosso autor considera que seja o ‘ser diminuído’ que se mostra tão central para sua concepção de verdade.

Referências

A. Manuscritos utilizados

Londres, Wellcome Libr., ms. 333, s. XIVⁱ (wellcomelibrary.org, ac.: 28/01/2017).

Madri, Bibl. del Escorial, ms. h.II.1, s. XIII^f. - XIVⁱ.

Munique, UB der LMU, frag. LXXXIII (*Abklatsch*), s. XIII^f. In: vol. n° W 2 P. eccl. 671 (THOMAS AQUINAS. *Super epistolas Pauli comentaria*. Parisiis, 1518 | Id. In *evangelium beati Ioannis*. Parisiis, 1520), 2^a e 3^a capas.

B. Bibliografia primária impressa

ARISTOTELES. *Metaphysicorum libri XIII. Cum Averrois Cordubensis in eosdem commentariis, et epitome*. Venetiis: Apud Iunctas, 1562 (Editio Iunctina 8).

_____. *Metaphysica. Lib. I-X, XII-XIV. Translatio Anonyma sive ‘Media’*. Edidit G. Vuillemin-Diem. Brill: Leiden, 1976 (Aristoteles Latinus 25.2).

HENRICUS DE GANDAVO. *Quodlibeta <...>*. 2 vols. Parisiis: in aedibus Iodoci Badii Ascensi, 1518 (reprint – Louvain: Bibliothèque S. J., 1961).

_____. *Summae Quaestionum Ordinariarum <...>*. 2 vols. Parisiis: in aedibus Iodoci Badii Ascensi, 1520 (reprint – St. Bonaventure: The Franciscan Institute, 1953).

_____. *Opera omnia*. Ed. R. Macken, G. A. Wilson *et al.* Leuven: Leuven Univ. Press, 1979- (De Wulf-Mansion Centre, Ancient and Medieval Philosophy, series 2).

C. Crônicas e catálogos medievais ou modernos

ANTONIUS POSSEVINUS. *Apparatus sacer. Tribus tomis distinctus*. Venetiis: apud Societatem Venetam, 1606.

ANTONIUS SANDERUS. *De gandavensibus eruditionis fama claris libri tres*. Antuerpiae: apud Gulielmum a Tongris, 1624.

CONRADUS GESNERUS. *Bibliotheca Universalis, sive catalogus omnium scriptorum*. Turigi: apud Christophorum Froschouerum, 1545.

FRANCISCUS SWEERTIUS. *Athensae Belgicae sive Nomenclator infer. Germaniae...* Antuerpiae: apud Gulielmum a Tungris, 1628.

HENRICUS DE HERVORDIA. *Liber de rebus memorabilibus sive Chronicon*. Ed. Augustus Potthast. Göttingae: Sumptibus Dieterichianis, 1859.

IACOBUS PHILIPPUS BERGOMENSIS. *Supplementum supplementi cronicarum...* Venetiis: per Albertinum de Lissona Vercellensem, 1503.

IOANNES FRANCISCUS FOPPENS. *Bibliotheca Belgica sive virorum in Belgio vita, scriptisque illustrium catalogus, librorumque nomenclatura Continens Scriptores a Clariss. Viris Valerio Andrea, Auberto Miraeo, Francisco Sweertio aliisque, recensitos, usque ad annum MDCLXXX*. Tomus Primus. Bruxellis: per Petrum Foppens, 1739.

IOHANNES TRITHEMIUS. *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*. Basileae: Iohannes de Amerbach, 1494.

ROBERTUS BELLARMINUS. *De scriptoribus ecclesiasticis liber unus...* Coloniae Agrippinae: sumptibus Bernardi Gualtheri, 1613.

_____. *De scriptoribus ecclesiasticis liber unus...* Coloniae Agrippinae: sumptibus Bernardi Gualtheri, 1622².

VALERIUS ANDREAS. *Bibliotheca Belgica...* Lovanii: apud Henricum Hastenium, 1623.

D. Bibliografía de apoio

AMERINI, F., GALLUZZO, G. (ed.). *A Companion to the Latin Medieval Commentaries on Aristotle's Metaphysics*. Leiden – Boston: Brill, 2014.

ANTOLÍN, G. *Catálogo de los códices latinos de la Real Biblioteca del Escorial*. Vol. 2 (e.I.1 – k.III.31). Madrid: Imprenta Helénica, 1911.

BATAILLON, L.-J. “Bulletin d'histoire des doctrines médiévales”. *Revue des sciences philosophiques et théologiques* 44 (1960), pp. 140-74.

BORGO, M. “Latin Medieval Translations of Aristotle's *Metaphysics*”. In: AMERINI & GALLUZZO (ed.), 2014, pp. 19-57.

CAFFARENA, J. G. *Ser participado y ser subsistente en la metafísica de Enrique de Gante*. Romae: apud Aedes Universitatis Gregoriana, 1958.

CUEVAS, J. Z. *Catálogo de los manuscritos castellanos de la Real Biblioteca de el Escorial*. Vol. 1 (a.I.8 – H.III.29). Madrid: Imprenta Helénica, 1924.

DOD, B. G. “Aristoteles Latinus”. In: KRETZMANN, N., KENNY, A., PINBORG, J., STUMP, E. (eds.). *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism 1100-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 45-79.

DONATI, S. “English Commentaries Before Scotus. A Case Study: the Discussion on the Unity of Being” In: AMERINI & GALLUZZO (ed.), 2014, pp. 137-207.

DONDAINE, H. F., SHOONER, H. V. *Codices manuscriptorum operum Thomae de Aquino*. Tomus I. Autographa et Bibliothecae A-F. Romae: Commissio Leonina, 1967.

DUIN, J. J. *La doctrine de la providence dans les écrits de Siger de Brabant. Textes et étude*. Louvain: Institut Supérieur de Philosophie, 1954.

- EHRLE, F. "Beiträge zu den Biographien berühmter Scholastiker. 1. Heinrich von Gent". *Archiv für Literatur- und Kirchengeschichte des Mittelalters* 1 (1885), pp. 365-401; "Nachtrag zur Biographie Heinrichs von Gent", pp. 507-508.
- GALLE, G. *Peter of Auvergne. Questions on Aristotle's De Caelo. A Critical Edition with an Interpretative Essay*. Leuven: Leuven University Press, 2003.
- GLORIEUX, P. *Répertoire des maîtres en théologie de Paris au XIII^e siècle*. 2 vols. Paris: Vrin, 1933.
- GRABMANN, M. *Mittelalterliche lateinische Aristotelesübersetzungen und Aristoteleskommentare in Handschriften spanischer Bibliotheken*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1928 [= In: GRABMANN, M. *Gesammelte Akademieabhandlungen*. 2 vols. Hrsg. Von Grabmann-Institut der Universität München. Einleitung von Michael Schmaus. Verzeichnis der benutzten Handschriften, Personen-, Orts- und Sachregister von Christoph Heitmann. Paderborn – München – Wien – Zürich: Schöningh, 1979, vol. 1, pp. 383-496].
- GRUBBS, F. A. *A supplement to the manuscript book collections of Spain and Portugal*. New York, 1935.
- GUMBERT, J. P. *Die Utrechter Kartäuser und ihre Bücher im früher fünfzehnten Jahrhundert*. Leiden: E. J. Brill, 1974.
- HUET, F. *Recherches historiques et critiques sur la vie, les ouvrages et la doctrine de Henri de Gand*. Gand – Paris: De Leroux – Paulin, 1838.
- KER, N. R. *Medieval Manuscripts in British Libraries*. Vol. 1: London. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- LAARMANN, M. *Deus, primum cognitum. Die Lehre von Gott als dem Ersterkannten des menschlichen Intellekts bei Heinrich von Gent (†1293)*. Münster: Aschendorf, 1999.
- LEHMANN, P. J. G. "Quellen zur Feststellung und Geschichte mittelalterlicher Bibliotheken". In: LEHMANN, P. J. G. *Erforschung des Mittelalters. Ausgewählte Abhandlungen und Aufsätze*. Vol. 1. Stuttgart: Anton Hiersemann, 1959² [1941], pp. 306-58 [= *Historisches Jahrbuch* 40 (1920), pp. 44-105].
- LEHMANN, P. J. G., GLAUNING, O. *Mittelalterliche Handschriftenbruchstücke der Universitätsbibliothek und des Georgianum zum München*. Leipzig: Harrassowitz, 1940 (Beihefte zum *Zentralblatt für Bibliothekswesen* 72).
- LOHR, C. H. "Medieval Latin Aristotle Commentaries. Authors G-I". *Traditio* 24 (1968), pp. 149-245.
- "Medieval Latin Aristotle Commentaries. Addenda et corrigenda". *Bulletin de Philosophie Médiévale* 14 (1972), pp. 116-26.
- MACKEN, R. "Quelques Marginalia de manuscrits médiévaux". *Scriptorium*

28.2 (1974), pp. 286-94.

– *Bibliotheca Manuscripta Henrici de Gandavo*. Préface de M. F. Masai. 2 vols. Leuven – Leiden: Leuven University Press – Brill, 1979 (Henrici de Gandavo Opera Omnia 1-2).

MAURER, A. “*Ens Diminutum*: a Note on its Origin and Meaning”. *Mediaeval Studies* 12 (1950), pp. 216-22.

MELE, G. “La catalogazione dei codici liturgico-musicali arborensi. Il caso di ACO, P. VI, sed. XIII^{4/4} (antifonario, Italia centro-settentrionale)”. In: SANNA, M. G. (cur.) *Historica et Philologica. Studi in onore di Raimondo Turtas*. Cagliari: AM&D, 2012, pp. 248-68.

MOORAT, S. A. J. *Catalogue of Western Manuscripts on Medicine and Science in the Wellcome Historical Medical Library*. Vol. 1: Mss. Written before 1650 A.D. London: The Wellcome Historical Medical Library, 1962.

PAULUS, J. *Henri de Gand. Essai sur les tendances de sa métaphysique*. Paris: Vrin, 1938.

PICKAVÉ, M. *Heinrich von Gent über Metaphysik als erste Wissenschaft. Studien zu einem Metaphysikentwurf aus dem letzten Viertel des 13. Jahrhunderts*. Leiden-Boston: Brill, 2007.

– “Simon of Faversham on Aristotle’s *Categories* and the *scientia praedicamentorum*”. In: NEWTON, L. A. *Medieval Commentaries on Aristotle’s Categories*. Leiden – Boston: Brill, 2008, pp. 183-220.

PORRO, P. “Le ‘*Quaestiones super Metaphysicam*’ attribuite a Enrico di Gand. Elementi per un sondaggio dottrinale”. *Documenti e studi sulla tradizione filosofica medievale* 13 (2002), pp. 507-602.

PUNTA, F. del. “The Genre of Commentaries in the Middle Ages and its Relation to the Nature and Originality of Medieval Thought”. In: AERTSEN, J. A., SPEER, A. (Hrsg.). *Was ist Philosophie im Mittelalter? Akten des X. Internationalen Kongresses für mittelalterlichen Philosophie der SIEPM, 25. bis 30. August 1997 in Erfurt*. Berlin – New York: De Gruyter, 1998, pp. 138-51.

SILVESTRE, H. “À propos d’anciens catalogues collectifs de manuscrits”. *Scriptorium* 15.2 (1961), pp. 323-7.

_____. “Précisions complémentaires sur d’anciens catalogues collectifs de manuscrits”. *Scriptorium* 19.1 (1965), pp. 90-6.

WILSON, G. A. “Henry of Ghent’s Written Legacy” In: WILSON, G. A. (ed.). *A Companion to Henry of Ghent*. Leiden – Boston: Brill, 2011, pp. 3-23.

WULF, M. de. *Études sur Henri de Gand*. Louvain – Paris: Uystpruyst-Dieudonné – Félix Alcan, 1894 [= *Histoire de la philosophie scolastique dans les Pays-Bas et la principauté de Liège jusqu’à la Révolution Française*. Louvain – Paris: Uystpruyst-Dieudonné – Félix Alcan, 1895, pp. 46-272].

_____. *Histoire de la philosophie médiévale précédée d'un aperçu sur la philosophie ancienne*. Louvain – Paris – Bruxelles: Institut Supérieur de Philosophie – Félix Alcan – Oscar Schepens, 1900.

_____. *Histoire de la philosophie médiévale*. Deuxième édition, revue et augmentée. Louvain – Paris: Institut supérieur de Philosophie – Félix Alcan, 1905².

_____. *History of Medieval Philosophy*. Third Edition. Trans. by P. Coffey. London – New York – Bombay – Calcutta: Longmans, Green, and Co., 1909³.

_____. *Histoire de la philosophie médiévale*. Quatrième édition, revue et mise à jour. Louvain – Paris: Institut de Philosophie – Félix Alcan, 1912⁴.

_____. *Histoire de la philosophie médiévale*. Tome 2: De Thomas d'Aquin jusqu'à la fin du moyen âge. Cinquième édition française, revue et mise à jour. Paris – Louvain: Félix Alcan – Institut de Philosophie, 1925⁵.

_____. *Histoire de la philosophie médiévale*. Tome 2: Le treizième siècle. Sixième édition, entièrement refondue. Louvain – Paris: Institut Supérieur de Philosophie – Vrin, 1936⁶.

ZIMMERMANN, A. *Ontologie oder Metaphysik? Die Diskussion über den Gegenstand der Metaphysik im 13. und 14. Jahrhundert. Texte und Untersuchungen*. Leuven: Peeters, 1998.

ZWAENEPOEL, J. P. "The *Quaestiones in librum De causis* attributed to Henry of Ghent according to the Escorial manuscript: an unedited text with introduction". *Unitas (Manila)* 32 (1959), pp. 799-809.

_____. *Les Quaestiones in Librum de causis attribuées à Henri de Gand*. Philosophes médiévaux, 15. Louvain: Publications universitaires, 1974.